

Causa do Povo

Jornal da União Popular Anarquista - UNIPA - N° 40 - Março de 2008

www.unipa.cjb.net / unipa_net@yahoo.com.br

R\$ 0,50

As tarefas imediatas dos servidores federais: Transformar as lutas econômicas setoriais em luta política global contra o governo Lula

1- Crescimento e crise econômica.

O ano de 2008 teve início com alguns fatos significativos na conjuntura nacional e mundial. Em primeiro lugar, confirmou-se a nossa análise realizada em 2007, que indicou que estavam dadas as condições objetivas para a retomada do crescimento econômico no Brasil.

Ao mesmo tempo, a recessão econômica nos EUA, provocada pela crise do sistema imobiliário e financeiro, ameaça ter repercussões na economia latino-americana e brasileira, podendo retardar ou diminuir o ritmo do crescimento. O anúncio do pacote econômico do governo Bush, reduzindo impostos e visando manter o consumo, apenas confirma o que as análises já haviam indicado.

A mini-recessão norte-americana não terá possivelmente um efeito estagnador em escala global. Isso porque existem diferentes mecanismos de gestão da crise e as econômicas européias e chinesas estão mais fortes. A crise atingirá o Brasil especialmente se afetar o preço das commodities.

No cenário nacional, um acontecimento marcou os últimos meses: a luta entre o Governo Lula e sua oposição de direita, em torno da aprovação ou não da CPMF. A derrota do Governo Lula, mudou sua estratégia até então sustentada para a negociação com os trabalhadores do serviço público federal. O Governo Lula, argumentando que a extinção da CPMF diminui o volume de recursos, paralisou as negociações salariais e a aplicação de certos acordos de greves (de 2007).

Esse acontecimento pode abrir campo para uma jornada de lutas importante entre os servidores federais, com efeitos multiplicadores sobre o conjunto da classe trabalhadora. Nesse sentido, as possibilidades de crescimento e crise



Servidores públicos federais ocupam o Congresso Nacional durante a manifestação contra a reforma da previdência do governo Lula de 2003.

devem ser analisadas com atenção. Os reformistas brasileiros de diferentes correntes esperam que uma "crise do capitalismo" provoque mobilizações espontâneas da classe. Os reformistas ficam então na esperança ingênua de que a crise do capitalismo resolva a crise do sindicalismo, ou então ficam atônitos diante de um crescimento que achavam somente ser viável pelas suas fórmulas intervencionistas.

Para romper com esta estratégia fatalista dos reformistas, que tem conduzido a classe trabalhadora brasileira à sucessivas derrotas, é preciso entender que a crise do sindicalismo tem que ser resolvida pela mudança nas estratégias e formas de ação da própria classe trabalhadora. E que diante de crise ou crescimento capitalista, é preciso e possível fazer a luta de classes.

2 – As contradições do sindicalismo brasileiro: corporativismo das bases, centrismo na direção da CONLUTAS.

É necessário fazer um balanço da luta dos servidores públicos federais. Nos últimos anos (2005, 2006, 2007) várias categorias dos servidores públicos fizeram greves simultâneas, mas isoladas, que sofreram derrotas sistemáticas, com raras exceções. A experiência de 2005 já possibilitava uma maior articulação e preparação de uma greve geral e lutas unificadas para o período 2006-2007, o que não aconteceu. Em razão não somente da ação de sabotagem dos setores governistas, mas também das contradições das bases dos servidores e da política centrista e frentista da direção da CONLUTAS.

No último ano, isso ficou claro, nas greves da FASUBRA e CONDSEF, que não conseguiram negociar reajustes salariais, apenas planos de carreira. Entretanto, mesmo tais acordos rebaixados estão sob ameaça de não cumprimento, por conta da não aprovação da CPMF. As greves corporativistas e setoriais foram às principais estratégias do setor governista, comandado pela CUT, para desorganizar a luta e resistência dos trabalhadores.

Leia nessa edição:

O 'ciclo virtuoso' do Governo Lula: desenvolvimento dependente, desmatamento e superexploração do trabalho - página 2

Da Universidade elitista ao controle do capital: a ofensiva burguesa e o movimento estudantil - página 4



Manifestação contra as reformas em Brasília / 2003

Entretanto, é preciso indicar que a CONLUTAS deveria ter preparado uma intervenção nos fóruns e plenárias setoriais dos sindicatos nacionais, mas não o fez. A UNIPA vem defendendo, ao longo de 2006 e 2007, a necessidade da constituição de uma coordenação dos sindicatos e oposições conlutistas de base, para construir a luta. Mas a política centrista da direção da CONLUTAS (PSTU/Correntes do PSOL) estava mais interessada na construção da ineficaz “frente de luta contra as reformas”, e por conta disso ficou a reboque da CUT e dos setores governistas.

O ano de 2007 deveria ter sido um ano de acúmulo organizativo para os servidores públicos federais, mas não foi. A política da CONLUTAS deveria ter sido promover a unificação das lutas dos servidores pelas bases, fortalecendo uma oposição combativa na FASUBRA e CONDISEF,

apatia.

Por isso, o ano de 2008 tem início com condições objetivas favoráveis para a luta unificada dos servidores, mas devido à completa desorganização e lentidão do setor conlutista, conseqüente da política centrista imposta pela sua direção, a possibilidade de uma greve unificada é quase nula. As campanhas e mobilizações começam a ser realizadas sem estratégia e direção política combativa definidas.

Entretanto, é tarefa dos militantes combativos das bases sindicais dos servidores federais, da CONLUTAS e mesmo dos partidos reformistas, reconhecer tais contradições e trabalhar politicamente para superá-las. É o que defendemos.

3 – As ações necessárias: fazer as lutas econômicas setoriais, organizar a luta política geral.

quartéis gerais da CUT. Entretanto, estiveram mais preocupados em fazer composições com setores governistas (especialmente a Intersindical), e ficando a reboque de setores do PSOL (como o decadente “Vamos à Luta” da FASUBRA, que se confunde cada vez mais com os governistas).

A proposta da UNIPA era preparar a unificação das lutas dos servidores pelas bases, através do fortalecimento da CNESF e convocação de uma greve geral dos servidores. Essa política não conseguiu ter repercussão na CONLUTAS, e muitas categorias ainda estiveram presas as suas contradições corporativistas e à

As primeiras plenárias nacionais e atos regionais das entidades dos servidores federais começaram a ser realizadas a partir de janeiro-fevereiro. É preciso então ter uma política capaz de agrupar as entidades e ativistas de bases que querem fazer as lutas econômicas e políticas dos servidores.

É preciso em primeiro lugar organizar Fóruns/Comissões/Comandos de Luta e de Base, nas quais possam tomar parte sindicatos, oposições e ativistas que estejam dispostos a encaminhar a luta. Essas organizações intersindicais de base devem atuar dentro das Assembléias Locais, Plenárias Setoriais e plenária da CNESF para combater os governistas.

A partir desses fóruns, devemos construir uma estratégia comum, capaz de unificar o máximo possível as lutas setoriais e econômicas, fazendo com que ganhem um caráter de luta política contra o modelo econômico imposto pelo Governo Lula. No atual momento, é fundamental constituir uma oposição classista e combativa nas bases da CONDISEF e FASUBRA, que sejam capazes de disputar a direção política das lutas com os governistas.

A bandeira unificada deve ser a do reajuste salarial linear para todas as categorias, agregando-se às pautas específicas. Devemos dar início a um trabalho de reorganização e acúmulo organizativo nos movimentos dos servidores federais. As lutas setoriais devem ser usadas como espaço de formação das condições de convocação de uma greve geral contra o modelo econômico e o governo.

O “ciclo virtuoso” do Governo Lula: desenvolvimento dependente, desmatamento e superexploração do trabalho

Desde os anos 1970 o capitalismo mundial conheceu uma tendência a uma série de transformações: tecnológicas, organizativas, gerenciais e produtivas. Estas transformações se agruparam em duas grandes tendências econômico-sociais: a **reestruturação produtiva e a reforma do Estado**. Logo, os acontecimentos mais importantes da conjuntura brasileira atual e do próprio modelo de desenvolvimento econômico, são desdobramentos de processos verificados no sistema mundial.

Desse modo, conclui-se que as medidas de reestruturação produtiva e reformas do Estado se relacionam a uma estratégia

burguesa de retomada do crescimento econômico e acumulação do capital baseado na acentuação da exploração do trabalho, através da precarização e do aumento de produtividade pela automação.” (Resoluções III CONUNIPA, 2007).

Em nosso III Congresso chamamos atenção para o fato de que “o conjunto de transformações econômicas, sociais e políticas verificadas na sociedade brasileira, se associam à transição e ajuste do Brasil (ou do modelo de desenvolvimento dependente brasileiro) aos parâmetros macro e microeconômicos de um capitalismo “ultra-monopolista” a nível mundial. Assim sendo, as transformações

econômicas da década de 1980, a reestruturação produtiva, o toyotismo e o desenvolvimento do neoliberalismo marcaram o início da entrada do capitalismo internacional numa fase *ultra-monopolista*. Essas mudanças se processariam no Brasil, especialmente após a “redemocratização”, quando os sucessivos governos (Collor, FHC e Lula) implementariam políticas e reformas neoliberais. “A mudança social no Brasil, que se deu no plano político pela transição da ‘ditadura para a democracia burguesa’ e na economia do ‘intervencionismo para o neoliberalismo’, mudaria profundamente as relações de produção, com impactos decisivos sobre a estrutura de classes. A

transição neoliberal produziria uma nova estrutura de classes, mas acentuando as velhas contradições da sociedade brasileira.” (resoluções III CONUNIPA).

Nos dois primeiros anos do Governo Lula, vimos que apesar do crescimento econômico (que é maior quando comparado com o pífio desempenho do Brasil nos anos 1990, mas que está abaixo das taxas de crescimento brasileiras dos anos 1970 e também atualmente abaixo do crescimento de países do Sudeste Asiático), houve um maior favorecimento aos banqueiros, latifundiários e empresários do que ao conjunto da população.

É importante destacar que os diferentes setores de atividades

econômicas, setor financeiro, industrial e agrícola encontram-se interligados, compondo grandes grupos e corporações. O capitalismo ultra monopolista se caracteriza exatamente pelo fortalecimento dos monopólios e oligopólios de capital financeiro e industrial associados, amparados pelos Estado-Nacionais. As burguesias e suas frações têm interesse no fortalecimento da concentração de poderes e capitais através da plataforma neoliberal de super-exploração do trabalho.

As mudanças neoliberais assumem feições particulares num país semi-periférico como o Brasil. O impacto sobre a estrutura de classes é muito visível através da expansão do desemprego, como redução do proletariado industrial, terceirização e precarização das relações trabalhistas. Tais mudanças estão associadas também à experiência particular do desenvolvimento dependente brasileiro. Além disso, podemos verificar que o crescente aumento de áreas desmatadas e de conflitos no campo são consequências diretas deste modelo e da concentração de capitais através do agro negócio.

A exportação de produtos básicos brasileiros, ou commodities, chegou a 31,7% do total no ano passado, a maior proporção desde 1986. Os produtos básicos representavam 32,6% da pauta brasileira em 1986, caíram para 30,6% no ano seguinte e continuaram em queda até chegar a 22,6% em 2000, quando voltaram a subir (Dados da BBC Brasil).. Ao mesmo tempo em que aumentou a exportação de produtos básicos, caiu a importância dos manufaturados na pauta de exportações brasileira. Isso decorre em grande medida do investimento do governo através de medidas concretas para a valorização dos commodities.

Na mesma medida que se expande o agro negócio, cresce também a super-exploração dos trabalhadores com a presença de mão-de-obra escrava e infantil nas plantações de cana de açúcar e

carvoarias. Outros dados revelam que o desmatamento e mortes em consequência de conflitos no campo estão intimamente relacionados às atividades do agro negócio e à acumulação capitalista.

Segundo os dados da CPT, em 2005 houve um aumento de 106%, de mortes em consequência dos conflitos no campo, foram 64 mortes contra 31 em 2004. Houve



Passeata dos "100 Mil" contra o Regime Militar. Retomar a ação direta como estratégia privilegiada de luta e reconstruir o movimento sindical pela base, esses são os caminhos para recuperar o caráter classista e combativo do movimento sindical-popular que marcaram as lutas num passado recente.

ainda um aumento significativo de famílias expulsas da terra pelo poder do latifúndio e do agronegócio, 4.366 famílias em 2005, contra 3.063 em 2004, ou seja, um aumento de 42,5%. Relacionando o número de conflitos e de violência com os dados da população rural, estes números são significativamente maiores onde mais cresce e se expande o agronegócio, o Centro-Oeste e o Norte, com estados que apresentam grande presença de criação de gado ou plantações de soja. O Mato Grosso aparece com o maior índice, 6,71, seguido pelo Pará, 5,15, e depois por Goiás, 2,92, Tocantins, 2,82, Mato Grosso do Sul, 1,89.

Não é a toa que os setores que apresentaram os melhores desempenhos no ano em termos de preços de exportação foram:

agricultura e pecuária (20,2% no ano); preparação de couros (16,3%) e metalurgia básica (15,7%). Em termos de quantum, merecem destaque: outros equipamentos de transporte (47,2% no ano); extração de petróleo (14,5%) e extração de minerais não-metálicos (13,4%). (Boletim de Comercio Exterior. Ano XII, nº 1, janeiro de 2008). Por isso, não é à toa que no Pará, a

motivo principal a pecuária de médio e grande porte. Atualmente o Brasil ocupa o primeiro lugar em áreas desmatadas com 22.264 km². Hoje 12% da Amazônia Legal, cerca de 600 mil km², são áreas de atividade agropecuária. Esta atividade também é responsável por 75% das áreas desmatadas na região amazônica. O que prevalece no modelo de desenvolvimento dependente implementado por Lula é a grande lucratividade da pecuária e a lógica privada do processo atual de ocupação da Amazônia brasileira.

O anúncio recente do governo federal do envio de tropas da força nacional para conter o desmatamento na Amazônia não passa de encenação, uma vez que os dados revelam que a expansão do agro-negócio e da acumulação capitalista são os principais fatores que desencadeiam o desmatamento e contam com medidas concretas do Estado brasileiro para a reprodução deste "ciclo virtuoso", amparado na super-exploração do trabalho e na acumulação de capitais.

No início de 2006, foi anunciado um pacote agrícola de R\$ 16,8 bilhões, que incluía a renegociação de dívidas no valor de R\$ 7,7 bilhões e a liberação de novos recursos. Estima-se que a dívida dos latifundiários do agro negócio - roladas desde a década de 1980 - atinja hoje R\$ 30 bilhões, com uma taxa de inadimplência em

torno de 90%. Em 1998, por exemplo, algumas dívidas foram renegociadas para pagamento em parcelas anuais, até o ano de 2025.

Definitivamente, o Estado brasileiro, como não poderia deixar de fazê-lo, segue garantindo a acumulação de capitais pelas elites econômicas e tentando conter a resistência dos trabalhadores frente às classes dominantes com ações repressivas. Somente através da ruptura revolucionária, garantindo o fim da acumulação capitalista e com o controle total dos trabalhadores de todas as atividades econômicas do país e gerência sobre o território brasileiro será possível acabar com o desmatamento da Amazônia e demais áreas, assim como os assassinatos no campo.

multinacional Cargill comprou um porto em Santarém para a escoação dos produtos para exportação.

Há também uma relação direta entre o número de focos de incêndio e aumento do desmatamento com o aumento na cotação da soja, cujo maior produtor é o estado do Mato Grosso, e o avanço da cana também no Centro – Oeste. Segundo dados oficiais e não oficiais do Imazon e do Instituto Centro Vida entre junho e setembro do ano passado houve um aumento de 107% no Mato Grosso de áreas desmatadas e 602% no mês de setembro em Rondônia. É inegável que as atividades do agro-negócio e o desmatamento caminham juntos.

O desmatamento que vem acontecendo na Amazônia tem como

Da Universidade elitista ao controle do capital: a ofensiva burguesa e o movimento estudantil

Em agosto de 2007, o governo Lula/PT apresentou Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) realizado através de um GT pelo Ministério da Educação. Tal projeto ganhou imensa repercussão nacional, pois é necessário que seja aprovado em cada Universidade, com isso as mobilizações estudantis e sindicais surgiram por diversas universidades para impedir o projeto do MEC. Essas mobilizações foram capitaneadas principalmente pela PSTU/PSOL no movimento estudantil e pelo ANDES, e consistiam basicamente em evitar a aprovação da proposta nos burocratizados e antidemocráticos conselhos superiores das universidades.

Por sua vez, o REUNI marca mais uma etapa da Reforma Universitária anunciada pelo governo e propõe fundamentalmente a reformulação geral da estrutura acadêmica dos cursos superiores, com uma nova arquitetura acadêmica. Na avaliação do Ministério da Educação, e do governo, as universidades federais são elitistas e não estão adequadas ao novo modelo de desenvolvimento econômico. Apoiados em estudos da ONU e em relatórios do Banco Mundial, como o famoso "O BM e o Ensino Superior: Lições Derivadas da Experiência" (1994), onde se afirmava que "as universidades públicas, gratuitas, assentadas na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão não servem para a América Latina", diversos países do mundo começaram a reestruturar o sistema educacional superior.

O modelo universitário brasileiro está, ainda, vinculado à reforma do ensino promovida pela Ditadura Civil-Militar, em 1967. Ele é elitista e não público, pois neles só ingressam os que passam pelo vestibular, é antidemocrática, pois seus conselhos e eleições são determinados pela LDB através da proporção de 70-20-10, para professores, funcionários e alunos respectivamente, e pouco serve ao conjunto da classe trabalhadora. A Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade não passa de uma estrutura antidemocrática, elitista e academicista.

Demagogicamente, o Governo Lula/PT, com apoio União Nacional dos Estudantes (UNE) recuperou a bandeira da Reforma Universitária levantada na década de 60 contra o acordo MEC-USAID e iniciou a adequação da educação superior estatal a nova fase de reestruturação produtiva e aos interesses do imperialismo, uma vez que a sua área mais recente da ofensiva é a da apropriação privada dos conhecimentos científicos. A Universidade deve formar uma elite de pesquisadores, que trabalharão em condições precarizadas

para atender as empresas e ao mesmo tempo criar um grande número de vagas e grandes "escolões" superiores.

Paradoxalmente, os setores reformistas e para-governistas do movimento estudantil e sindical, PSTU e PSOL, passaram a standardizar um suposto modelo de Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade, que na verdade nunca existiu.

1. Uma Reforma para Atender aos Interesses do Capital.

O modelo de Reforma Universitária, baseado em "sugestões" de relatórios do Banco Mundial, tem a intenção de transformar as universidades em empresas de prestação de serviços tecnológico, objetivando a busca por mão-de-obra cada vez mais barata (precarizada e financiada pelo Estado) e a necessidade cada vez maior de investimento em tecnologia para desenvolvimento de novos produtos. Assim, é fundamental a associação direta entre empresas e universidades para o desenvolvimento de tecnologia para as grandes corporações. Isso porque no atual modelo de acumulação do capital, baseado na liberalização financeira e comercial, o investimento em tecnologia é fundamental para essas grandes empresas, e as universidades e centros de pesquisas "públicos" são excelentes locais para baratear as pesquisas.

O atual projeto de reforma que o governo está encaminhando tem como base a reforma do ensino superior europeu, iniciado em 1999 com a Declaração de Bolonha, num esforço dos países da União Européia, apoiado pela OCDE e Banco Mundial, para adaptar o ensino superior às exigências da burguesia.

Seguindo esta receita o governo Lula iniciou a reforma do Ensino Superior através de Medidas Provisórias. As principais propostas para a reforma do ensino superior foram: 1) O projeto de Parceria Público Privado; 2) a legalização das fundações; 3) o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) que compra vagas nas Universidades Privadas para estudantes pobres e ainda as isenta de impostos; 4) o projeto de lei 3476/2004 (Lei de Inovação Tecnológica) que permite as empresas financiarem pesquisas nas universidades e centro de pesquisa e desobriga o Estado a investir nessas áreas transformando professores em investidores, liberando-os por dois anos da sala de aula para formarem empresas dentro da universidade; 5) o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), que através do ENADE, procura avaliar os alunos e as universidades dando prêmios para os estudantes de melhor colocação e retirando verbas das instituições que forem

mal na avaliação, criando centros de excelências com o financiamento público, ou seja, diminuindo a verba para o ensino e concentrando em poucas instituições.

No ano de 2006, o governo enviou o Projeto Lei 7200/2006 (Projeto de Reforma Universitária, ainda não aprovado na câmara) que na verdade é um marco regulatório do MEC para todas as outras medidas já aprovadas. Todas estas medidas não foram capazes de mexerem na arquitetura acadêmica.

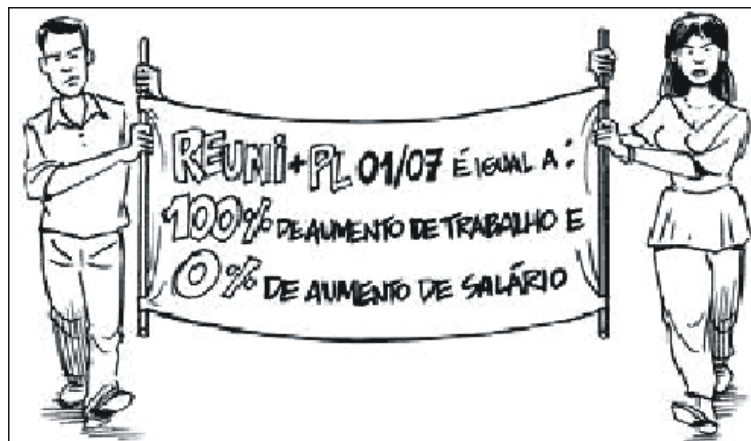
Para reformulação geral da estrutura acadêmica dos cursos superiores o governo está implementando o REUNI, também chamado de Universidade Nova. O MEC apresentou a proposta às universidades para que cada instituição decida sua adesão ao projeto e, caso participe do REUNI, as Instituição Federal de Ensino Superior passa a receber mais verbas do governo Lula/PT de acordo com a avaliação do SINAES.

A nova estrutura acadêmica procura acabar com os departamentos e criar grandes áreas de ensino onde a progressão determinará a escolha do aluno de acordo com seu rendimento. Com esse projeto há: 1) uma centralização da estrutura acadêmica, diminuindo o poder departamental, por isso a resistência dos setores mais conservadores da academia que vem se opondo a proposta; 2) permanece antidemocrática uma vez que as eleições e conselhos das universidades permanecem na proporção 70-20-10; e 3) adequação definitiva da universidade aos interesses do capital, passando, conseqüentemente, ao controle total das empresas privadas.

2. Destruir Universidade Elitista e construir a Universidade Popular.

A esquerda reformista e para-governista não conseguiu responder a Reforma Universitária do Governo Lula, quase todas as medidas foram implementadas rapidamente pelo governo, sendo o próprio projeto de Lei da Reforma Universitária o único parado, emperrado pela própria dinâmica burocrática do parlamento burguês.

Nas universidades, a maioria do movimento sindical e estudantil, atrelada



Charge de LATUFF

aos partidos reformistas e para-governistas, passaram a defender o modelo elitista de universidade em vigor, enquanto o governo, com apoio da UJS/PCdoB e de boa parte do corpo docente, passou a defender a "Reforma Universitária" e a suposta expansão de vagas. Espertamente, o governo jogou para os antidemocráticos conselhos das universidades a aprovação do REUNI.

Os partidos reformistas aceitaram o jogo imposto pelo MEC e no máximo passaram a ocupar os conselhos e tentar sensibilizar os conselheiros. Na Universidade Federal Fluminense, depois de algumas ocupações, o setor reformista e para-governista já aceitou negociar com a reitoria a aprovação do projeto. O legalismo desses setores impediu qualquer tipo de mobilização e sua defesa standardizada da Universidade "Pública, Gratuita e de Qualidade" serviu para fortalecer os argumentos governistas.

É preciso estar claro para a grande maioria das frações da classe trabalhadora que está fora da universidade, e mesmo para as frações internas, como os estudantes, técnicos e professores, que **é preciso destruir a universidade elitista e para isso é fundamental lutar pelo fim do vestibular, pelo livre acesso às universidades, e pelo voto universal em todas as instâncias.** Só implantaremos essas medidas rompendo com a estratégia do pacifismo e do legalismo. Portanto, **devemos eleger a estratégia da ação direta, com o protagonismo direto dos estudantes pobres e trabalhadores (camponeses, desempregados, camelôs, operários, etc), através de bloqueios de ruas e rodovias, ocupação de prédios públicos e a retenção de autoridades, manifestações de rua radicalizadas, com a queima de carros e ônibus, bem como o enfrentamento dos aparelhos repressivos de Estado.**

PELO FIM DAS REFORMAS! PELA CONSTRUÇÃO DA UNIVERSIDADE POPULAR!!